

Editorial – Arqueologia angolana uma apresentação geo-epistemológica

A regionalização científica é um fenómeno raramente abordado de um ponto de vista epistemológico. É comum a História da Ciência dedicar a sua atenção ao ‘espírito do tempo’ dos programas de investigação científica mas quase nunca se toma em consideração um equivalente *genius loci*. Assim, se a cada momento nos deparamos com a segmentação da evolução do pensamento científico em ‘cortes cronológicos’ que o designam (e essencializam) – a ‘ciência dos Gregos’, ‘da Renascença’, ‘do Iluminismo’ – já é mais raro que a mesma disposição epistemológica se encontre referida à sua expressão geográfica: a ‘ciência espanhola’ ou ‘indonésia’, a uma escala nacional, ou ‘ciência andaluza’ ou ‘javaiana’ a escalas crescentemente mais próximas do seu objecto.

Que alguma influência pode existir entre o lugar de produção científica e os resultados concretos produzidos pode verificar-se no famoso ‘triângulo europeu’ da Ciência moderna: se lançarmos num mapa do Velho Continente o maior número possível de lugares de origem dos cientistas que vieram a revelar-se cruciais na evolução do saber com características especiais chamado ‘Ciência’ (Fig. 001), somos obrigados a reconhecer que a distribuição está longe de ser aleatória. Com um vértice apoiado no Norte da Itália e e os outros dois abarcando um o sudoeste das Ilhas Britânicas e outro o sul da Escandinávia, este triângulo abarca, na quase totalidade a

Alemanha e a França (como a Inglaterra), os Países Baixos, contendo marginalmente países como a Polónia, a República Checa, ou a Suíça. Não contando com explicações essencialistas (como sendo a de que algumas nacionalidades estariam mais aptas do que outras a decifrar os enigmas da Natureza e da Sociedade) temos de tomar em consideração as várias geografias e os respectivos gradientes de que influenciam e se resultam naquela morfologia. Se esta ‘geografia da Ciência’ se compreendesse como expressão da riqueza ou avanço técnico em cada momento histórico, poderia argumentar-se que seria apenas uma localização concreta de um conhecimento universal; porém, se se considerar que os conteúdos científicos podem ser diferentes consoante a localização dos centros da sua produção, então o problema deixa de ser meramente económico e social para ser também um problema *epistemológico*.²



Fig. 001 – A geografia da Ciência da Modernidade (1650-1850). A história da Ciência deve contemplar a correspondente geografia, identificando o modo como cada espaço-tempo configura os programas de investigação dominantes. Como é evidente, ao longo do tempo a disposição geográfica da produção vai transferindo-se para outros lugares e promovendo distintas paisagens de conhecimento.

- 1 *The British Journal for the History of Science*, passim.
- 2 D. N. Livingstone, *Putting Science into place*, Chicago University Press.

Vem tudo a propósito da apresentação que aqui se faz do dossier da *Africana Studia* referente à 'Arqueologia de Angola'. A tensão epistemológica constituída entre aqueles dois termos ('Arqueologia' e 'Angola') remete justamente para os pressupostos que antes referimos – o modo como a Ciência (neste caso concreto a Arqueologia) pode ser entendida como uma regionalização teórica firmada em lugares concretos de produção dispostos num gradiente global de poder e conhecimento, *i.e.*, o modo como a sua *geografia* produz e reproduz uma regionalização teórica.

Temos a clara noção de que os elementos aqui utilizados apenas representam um encontro mais ou menos fortuito de investigadores com um âmbito comum de pesquisa, mas cremos ilustram pertinentemente o tipo de considerações *geo-epistemológicas* que aqui queríamos explicitar.

Geo-epistemologia

Concebe-se uma análise 'espacial' dos programas de investigação científica – que inúmeros autores têm vindo nas últimas décadas intensamente praticando com contribuições que juntas configuram um potente *spatial turn* que atravessa as Ciências Sociais e especialmente a História da Ciência.³ Uma análise deste tipo considerará vários níveis que estruturalmente (uma rede articulada de lugares e pessoas) podem caracterizar a produção científica no seio de um programa de investigação.

Em primeiro lugar, um nível propriamente 'morfológico', toma-se como ponto de partida a designação (pela inscrição num mapa...) dos lugares convocados por um programa de investigação; os lugares concretos em que a ciência se executa e exhibe a sua materialidade. No caso da Arqueologia são sobretudo as 'estações arqueológicas' que compõem a *morfologia da paisagem* de investigação, vestígios que se tornam explícitos como pontos de apoio e concretização de uma visão objectiva do passado, descritores rigorosos de uma realidade que os transcende (um 'horizonte', uma 'cultura'...) e que se organiza num gradiente específico de organização global do conhecimento científico considerado relevante. O arranjo destes materiais não constitui o fim último dos programas de investigação da Arqueologia e da História; de facto nem as versões mais materialistas e se deixam ficar por esta fase de investigação. Em todo o caso eles são o ponto de apoio empírico da regionalização teórica que se lhe segue.

Em segundo lugar, a *regionalização teórica* encetada a partir desses pontos discretos que, se acredita (como nos documentos históricos), concretizam a materialidade do conhecimento; a este nível, de progressiva abstracção, os lugares concretos de vestígios do passado tendem a perder a sua individualidade factual para serem 'deduzidos' em exemplares mais ou menos conformados com as características partilhadas de uma 'região arqueológica' que os subsume. As regiões teóricas assim estabelecidas podem ser de diversas escalas e a tensão que se estabelece entre cada elemento da morfologia individualmente considerado e o conjunto simplificado da reunião de todos os que são considerados relevantes para a definição de uma identidade arqueológica estabiliza-se num mínimo que a teoria determina como mais adequado. O processo de 'regionalização científica' suportado pela evidência dos materiais arqueológicos, e pela mais-ou-menos explicitada 'topografia social' dos autores e instituições, é justamente a principal instância em que se exprime a geografia epistemoló-

3 Cf., por exemplo, a excelente antologia organizada por M. Crang e N. Thrift, *Thinking Space*. London: Routledge.

gica dos programas de pesquisa, o que remete necessariamente para a geografia complexa das relações com o presente dos autores e das instituições.

Em terceiro lugar, determinar a *topografia social* que subjaz à expressão espacial da investigação, uma geografia profundamente estruturada das relações sociais da produção científica – nesta incluindo não apenas o âmbito propriamente científico e académico mas todos os restantes: social, político, económico. Quais são e onde se localizam os principais *calculation centres*⁴ que estruturam, articulam e organizam os respectivos programas; que motivações os animam, a que constrições estão sujeitos; como interagem à distância e como regulamentam e ordenam o movimento dos *immutable mutables* (laboratórios, materiais, investigadores...) que constituem, justificam e reproduzem uma paisagem científica. Finalmente, a configuração espaço-temporal de uma cultura de ciência – a que vimos chamando,⁵ com a devida vénia a Mikhail Bakhtin, o ‘*cronótopo*’ –, a específica função cultural, social e económica que uma interpretação do passado ocupa e cumpre na estrutura social e que pretende reconhecer a articulação ‘meta-científica’ dos programas de investigação.⁶ Incide especialmente a atenção no modo como a produção científica e os seus produtos são expressão da aplicação regional de uma topografia social global determinada e de como exprimem valores e modelos⁷ das comunidades científicas e dos contextos metafísicos de que eles são uma tradução específica.

Acompanhados dos elementos metodológicos referidos, vejamos o que pode a ‘arqueologia angolana’ revelar da sua convocação de lugares, da regionalização teórica correspondente e das diversas topografias sociais que, sobrepondo-se, a organizam.

Um espaço textual do conhecimento arqueológico de Angola

No mapa da figura seguinte lançaram-se os principais ‘lugares do passado’ convocados na narrativa conjunta que constituem o dossier sobre a arqueologia angolana que aqui se apresenta. Como acima referimos, este é o momento mais imediato de reconhecimento da articulação espacial de um determinado programa de pesquisa científica. A preferência pelo litoral é evidente, mas ela reproduz também uma história espacial de Angola, fruto da relação colonial, sem que necessariamente corresponda a uma idêntica ponderação da realidade arqueológica. A apreciação dos lugares aqui mencionados far-se-á naturalmente através da leitura dos artigos correspondentes. Nem todos pertencem ao mesmo programa de investigação nem estes possuem o mesmo grau de integração da pesquisa. Alguns mencionam-se apenas pela indicação que dão das novas preocupações da política pública angolana do

4 Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*, Harvard University Press.

5 José R. Pimenta, *Geografias da História*. Porto: Figueirinhas; cf. também os estudos especialmente dedicados à história da Arqueologia: ‘Memória material e materiais da Memória’ (com M. M. Martins e J. L. Meireles), *CEM (Cultura Espaço e Memória)*. Porto; ‘O modo de representação colonial na produção científica das paisagens do passado’. In José R. Pimenta, João Sarmento e Ana Francisca de Azevedo (coord.), *Geografias pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural*, p. 111-142. Livraria Editora Figueirinhas, Porto, *Geo-historiografia da Cultura Castreja*, Porto: Livraria Editora Figueirinhas.

6 Para uma exposição deste conceito bakhtiniano cf. M. Holquist, *Dialogism*. London: Routledge; especialmente para a sua aplicação a uma teoria do espaço cf. J. Holloway e J. Kneale, ‘Mikhail Bakhtin: dialogics of space’, in *Thinking Space*, o.c., pp. 71-88.

7 A definição dupla de Thomas Kuhn continua a ser válida neste contexto: um ‘exemplar’ (modo concreto de fazer ciência, desde uma técnica de escavação à organização de uma tese de mestado) como uma concretização de um ‘paradigma’ (visão-do-mundo científica e para-científica detida pela comunidade de investigadores). T. Nickles, ‘Normal Science: From Logic to Case-Based and Model-Based Reasoning’, in T. Nickles, ed., *Thomas Kuhn*, pp. 142-177. Cambridge: Cambridge University Press.

a cada um dos conjuntos estruturados de materiais, estabelecem-se relações diferenciadas com o resto do espaço africano e até planetário. Assim, a um nível interno, assiste-se a uma abstracção regional da realidade angolana que a orientação ecológica-simbólica dos estudos de paisagem (Oosterbeek) faz associar a uma regionalização propriamente geográfica que a Geografia tropical portuguesa havia já intuído e parcialmente explicitado nos seus fundamentos geomorfológicos e bio-geográficos, associada a uma linha ‘de litoral’ que é uma fronteira de invasão colonial (Rebanda) e exportação da diáspora africana, especialmente para o Brasil.⁸ São várias as relações de ‘paralelos arqueológicos’ que assim se definem: no sentido do interior do continente, com a África central e ocidental, a bacia do Zambeze, o vale do Rift... relações que a investigação futura desenhará mais nitidamente as fases e expressões de contacto; no sentido do exterior, as marcas exógenas e endógenas da relação colonial e da correspondente exportação de gentes e elementos de cultura.

A informação referente à topografia social fez-se a partir da identificação das instituições envolvidas na produção da arqueologia científica tal como aqui podemos ter acesso a ela. Estas referências (indicadas na figura dos mapa seguintes) são mais abundantes do que as que directamente se referem à regionalização teórica e estabelecem com ela relações de íntima articulação. Da sua articulação podemos entrever as linhas de força de um gradiente global de produção científica que se articula e concretiza regionalmente (num estado) e localmente em lugares de investigação e recolha de informação arqueológica. Propositadamente apresenta-se não apenas as instituições relacionadas com a investigação e estruturação do programa de investigação como, em cartões autónomos, cindimos cronologicamente essas mesmas indicações. Trata-se de explicitar que diferentes geografias de produção científica se sucedem e sobrepõem – uma ‘arqueologia da Arqueologia’ – ao longo das últimas décadas e decerto se relacionarão com os diferentes produtos científicos validados.



Fig. 004 – Topografia social do programa de investigação, em que se identificam os lugares institucionais de produção ou edição científica. A cisão por períodos cronológicos (correspondentes ao período colonial, pós-colonial, e actual) permite constatar uma organização espacial diferencial da produção científica de que resulta necessariamente distintas ‘visões-do-passado’.

A primeira fase (1960s-1974) corresponde plenamente ao momento da relação de um poder colonial com o objecto ‘ultramarino’. Centrada quase exclusivamente em lugares metropolitanos ou desta administração no território (muito significativas, a este título, as localizações

8 José R. Pimenta, João Sarmento e Ana Francisca de Azevedo. ‘Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974’. *Singapore Journal of Tropical Geography* 32 (2): 220-235. doi. 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x.

do Dundo e Sá da Bandeira-Lubango), a interpretação do passado faz-se no contexto paradigmático da diferenciação cultural e do evolucionismo subjacente e as instituições que a levam a cabo são a expressão directa da ocupação administrativa ou económica de um território colonial, como são exemplos a Junta de Investigações do Ultramar ou a Companhia de Diamantes de Angola.

A segunda fase, iniciada com a conquista da independência, revela uma progressiva descentralização do sistema de produção científica em relação ao poder metropolitano. As instituições angolanas adquirem a natural centralidade que a independência traz (e que não mais deixará de aprofundar-se) mas revela ainda assim, para além dos contactos pioneiros com a Arqueologia francesa, uma modicidade que o estado quase permanente de perturbação causada pela guerra decerto justifica.

A terceira fase parece indiciar a autonomia progressiva da co-produção científica no âmbito da arqueologia angolana. Não apenas a *liaison française* se acentua e aprofunda, como se recupera, em novos moldes, a relação em tempos assimétrica com a Arqueologia portuguesa. Neste caso é estimulante constatar que aos centros 'clássicos' da produção científica portuguesa, académica ou editorial, se associam, e em lugar proeminente, novos lugares de investigação académica que a descentralização democrática trouxe a Portugal. Em Angola instituições especializadas surgem no contexto da normalização institucional progressiva, e Benguela adquire uma centralidade expressiva pela localização não-centralista de uma das principais instituições com supervisão directa no domínio do estudo e salvaguarda do passado.

Uma arqueologia da Arqueologia angolana



Fig. 005 – A organização 'cronotópica' da ciência do passado. Lewis Binford advertia que 'nada no registo arqueológico é do passado, tudo é do presente'. Com mais razão esse princípio se aplica ao seu conhecimento. Como em qualquer região da superfície da terra, a Arqueologia firma-se nos factos empíricos que a sustentam mas valida-se no significado vasto das relações de identidade.

Finalmente, partindo da articulação integrada dos níveis geo-epistemológicos estruturais definidos, que cenários e metamorfoses paradigmáticas se podem detectar na expressão histórica (e geográfica) destes programas de investigação? Com receio de simplificar em demasia uma realidade que é decerto muito mais complexa do que os 'artefactos' aqui utilizados permitem revelar, cremos que é possível ainda assim individualizar nesta narrativa científica – cimentada por uma especial articulação entre as estações intervencionadas, a origem institucional dos investigadores e a 'norma científica' disponível para cada geração – três 'cronótopos' epistemológicos, três configurações espaço-temporais da cultura científica da exploração arqueológica em Angola.

Pelas relações com as regiões vizinhas da África central, do vale do Zambeze, do

vale do Rift, o passado mais ou menos remoto de Angola estabelece relações de identidade e autonomia cultural da sua ‘africanidade’ – ou porque os vestígios do Dungo a aproximam da esfera da África ocidental, seja porque a sobreposição dos elementos da arte rupestre – ou da memória da produção de cerâmica (Benjamim) – a liguem antes ao interior, começa a desenhar-se com nitidez a identidade do passado que qualquer pedaço da superfície da terra exhibe quando se recolhem os seus vestígios.

Neste longo passado o período colonial é especialmente representativo, porque fez incidir marcas na paisagem fruto de uma ocupação ‘técnica’ do espaço. Ainda que as motivações da sua recuperação possam variar, uma arqueologia do período colonial justifica-se porque esta é também uma ‘arqueologia de resistência’: não apenas no poder designador de uma fábrica de ferro no interior do Kwanza Norte que reproduz as normas de edificação de uma Europa setecentista mas sobretudo porque, como na Pedra do Matato, ela incarna o sofrimento de um povo rumo à sua autodeterminação: aqui ‘convive-se com o passado recente e remoto’. (Martins).

Mas adivinha-se um âmbito mais vasto da arqueologia angolana. A história passada e recente do território é também a das gentes que saídas de África se viram obrigadas, pela violência e pela necessidade, a habitar novos lugares e a conviver com novas gentes. Uma ‘arqueologia da diáspora’ começa insensivelmente a desenhar-se nas preocupações dos responsáveis angolanos pelo estudo do seu passado, e a procura dos ‘materiais da memória’ far-se-á para além das fronteiras do território da nação, e abarcará metade da esfera da terra. Temos a plena noção de que esta apresentação da ‘Arqueologia angolana’ é parcialmente conjectural, alicerçada em elementos tão isolados como o são as estações referidas em relação à totalidade da materialidade arqueológica angolana. Também o objectivo principal é apenas desenhar os contornos de uma avaliação geo-epistemológica de um programa de investigação, de estabelecer princípios teóricos e caminhos metodológicos de uma ‘história-geografia da Ciência’. Cremos que pode surgir mais nítida a sua história através das cartografias que desenha no tempo. O seu reconhecimento exige naturalmente que progressivamente se incorporem novos elementos empíricos que a validem ou contradigam. De momento, contudo, e neste contexto, apenas se pretende constatar dois pressupostos que, um a par do outro, possam conduzir a uma afirmação científica de plena cidadania – a de que a exterioridade da investigação científica exige uma exuberante trans-nacionalização, mesmo que expressa num conjunto de estações arqueológicas localmente situadas.

José Ramiro Pimenta
CEAUP